

INFORMAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL NA DÉCADA DE 90: uma perspectiva europeia*

Kevin Harris**

"Qualquer pessoa acreditando que o acesso á informação pode e deve ser o maior agente de mudança social tem que descruzar seus braços imediatamente".

Resumo

Este estudo se inicia com uma investigação sobre o significado e papel de mudança social no desenvolvimento da comunidade, em seguida discutirei o aspecto chave do trabalho da informação: o contexto da tecnologia da informação (T.I). Por último pretendo avalizar três relevantes temas relacionados com informação e mudança social: 1. a noção de "capacidade da informação", como um ingrediente essencial mas, até o presente momento despercebido na relação entre tecnologia de informação e os indivíduos. 2. a questão de como valorizamos a informação. 3. o conceito de cooperação e que tipos de agentes de informação serão necessários nesta configuração.

1 INTRODUÇÃO

Mudança social não acontece apenas porque a informação circula. Para que o papel dos serviços de informação em relação a mudança social seja exercido será necessária uma intervenção compromissada. Nas práticas sociais os serviços de informação não podem se apresentar como neutros e passivos, pois as bases informacionais do poder nos induzem a adotar uma posição clara. A década de 90 requer o desenvolvimento de serviços voltados para a mudança social e estão abertas as oportunidades para atender a estes requisitos. Em tal contexto social são fundamentais os conceitos de associação e desinstitucionalização.

A forma como se interrelacionam as organizações deve ser o aspecto principal do processo de mudança, com implicações para provisão e uso da informação. E o modo como nos defrontamos com as barreiras ao acesso e uso da informação definirá nosso comprometimento com a mudança social.

2 MUDANÇA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Minha intenção nesta parte do estudo é explorar o potencial para uma relação entre informação e mudança, relação que não é simplesmente reativa. Na Europa, nossas bases fundamentais para entender o que significa "mudança social" inclui uma série de processos que

* Tradução de Rachel Joffily Abath

** Community Development Foundation Head of Information 60 Highbury Grove London N 5 2 Ag
Inf. & Soc.: Est, João Pessoa, v.1, n.1, p.38-44 jan./dez. 1991

estão acontecendo presentemente. Assim, Chanan e Vos descrevem "mudanças sociais" - algumas surgem a partir de mudanças econômicas; outras como aceleração de processos de origem muito mais antiga: o crescimento proporcional na população de pessoas idosas, aumento do número de divórcios, mudanças no papel da mulher, persistência do desemprego, aumento do número dos sem casa, tensão entre diferentes grupos étnicos, conscientização em relação aos perigos ambientais. Existem mudanças políticas direcionadas para fazer face às mudanças econômicas e sociais, como políticas governamentais para reduzir o custo do serviço de bem-estar social ou modernizar as formas de repasse. Atualmente, é grande a velocidade com que acontecem mudanças em todas estas esferas. Todavia é importante evitar qualquer suposição de que as referidas mudanças foram precedidas por um estado de êxtase ou que as condições anteriores foram satisfatórias ou fáceis de serem enfrentadas". (2)

É importante enfatizar que, na Comunidade Européia (CE), o conceito de "mudança social" parece se limitar à "mudanças na sociedade, com a consequência de mudanças econômicas"- que é uma atitude fraca, quase derrotista, ajudando a institucionalizar a preeminência do econômico sobre o comportamento humano. Proponho aqui fazer uma distinção entre o que poderíamos chamar de "mudança social intencional" e "mudanças sociais". Mudança social intencional poderia se assemelhar a certas definições de "desenvolvimento social", o que não é, neste sentido, o mesmo que "mudanças sociais". A sociedade mudará de qualquer modo, enquanto a mudança social intencional requer alguma espécie de envolvimento real a fim de afetar as relações entre grupos sociais diferentes. Como afirmou Bill, Martin: "mudança no comportamento social... que visa produzir mudanças na sociedade a longo prazo através da alteração na relação de dependência entre grupos desfavorecidos e o sistema social" (3).

O problema da dependência é facilmente minimizado. Muito da retórica política na Europa e Estados Unidos na década de 80 continha distorções quanto às relações de dependência nos modelos de bem-estar social, culminando em repugnante regozijo ao cair o modelo do Estado centralizador no leste europeu. Neste momento, acredito ser oportuna apresentar uma perspectiva de desenvolvimento de comunidade. Desenvolvimento comunitário é um processo por meio do qual as pessoas, trabalhando juntas em comunidade local ou de interesse comum, podem criar suas próprias oportunidades de libertação e representação autônoma. Portanto, isto implica que é papel do agente comunitário: criar grupos que sejam capazes de influenciar os processos de tomada das decisões que lhe dizem respeito, estabelecer e beneficiar-se de grupos de iniciativa, a fim de alcançar o desenvolvimento individual e mudanças sociais e assim reduzir a dependência. O desenvolvimento de comunidade é um processo desencadeador da auto-determinação de grupos sociais. O agente comunitário é o elemento decisivo neste processo, pois se a comunidade não funciona todas as outras pedidas falharão. A menos que os sistemas que deram origem e perpetuaram a discriminação social (inclusive os sistemas de informação) não sejam desafiados, a dependência não será subjugada.

Não há dúvida de que aqui no Reino Unido a institucionalização é parte do problema. Todavia, ousar dizer que na Europa Oriental se podem apontar instâncias onde a mudança social é mais difícil de ser realizada, porque a política social é institucionalizada ao limite da estagnação. Enquanto isto, nos países membros da C. E. encontramos uma polarização social crescente a qual pode estar relacionada, pelo menos em parte, à inabilidade de muitas pessoas e agências com a compartimentação e fragmentação comuns a várias instituições. Isto leva muitos agentes de desenvolvimento comunitário a se envolverem constantemente em problemas de "desinstitucionalização", a fim de possibilitar representação autônoma, evitar burocracias, informar e delegar. Parte da vitalidade da comunidade e do setor voluntário do Reino Unido e um ponto chave do seu papel em relação a outros setores, apóia-se na sua resistência à institucionalização.

Meu argumento é que, na década de 90, o papel do agente de informação nas práticas sociais está inserido no contexto de desinstitucionalização - desafiando barreiras físicas, Inf. & Soc.: Est, João Pessoa, v.1, n.1, p.38-44 jan./dez. 1991

psicológicas, econômicas e culturais ao acesso à informação e estão baseados nos princípios de desenvolvimento de comunidade. A mudança social deveria ser em torno de compartilhamento de oportunidades e participação, não imposição pela burocracia; em torno de desenvolvimento autônomo; e não da inércia institucional centralizada; em torno da cooperação, não da confrontação. Portanto, envolve, como disse Bill, Martin, referindo-se a bibliotecas públicas, "um fim à passividade e à neutralidade e um sério compromisso de participação, com o mundo real externo às bibliotecas, onde são muito evidentes privação e desigualdades sociais, desemprego e alienação, pobreza e falta de oportunidade".

3 O CONTEXTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O termo "sociedade informatizada" é empregado para designar aquela sociedade onde há utilização muito intensa de informação nas atividades dos cidadãos e das empresas, a qual é possibilitada em grande parte pela tecnologia da informação (T.I). Entretanto, nós podemos observar que têm sido levantadas dúvidas quanto à idéia de que os cidadãos que pertencem a sociedades informatizadas são, necessariamente, mais informados. David Lyon, por exemplo, tem chamado a atenção para "até que ponto a realidade de um público bem informado tem sido destruída pelo envolvimento da T.I. (15) .

O papel da T.I. em relação aos grupos e à coletividade parece não ser o mesmo que em relação aos indivíduos, por causa da morosidade do desenvolvimento de compartilhamento de dados e redes. A esse respeito é interessante verificar como a década de 80 pode ser descrita como a da popularização dos computadores e, pelo menos no Reino Unido, ela parece também ter sido a década do individualismo. Até certo ponto esta articulação foi identificada por Helga Novowiny, em 1981, que enfatizou "este hiperindividualismo que é promovido pela previsibilidade de uso de novas tecnologias torna-se socialmente auto-destrutivo". (6)

Contudo, nós temos podido observar o "casamento de convergência" de computadores e telecomunicações na telemática e testemunhar muito otimismo e entusiasmo pelo potencial democrático da T.I. Um pouco deste otimismo tem sido claramente não justificável: me refiro ao problema da "teledemocracia". O potencial da telemática é mais promissor e significativo para promover a comunicação informal e horizontal, particularmente a nível local, na utilização do correio eletrônico e de "BULLETIN BOARDS".

O potencial real destes sistemas possibilita pessoas e grupos autônomos a se comunicarem independentemente de fronteiras (físicas, burocráticas, culturais) e terem acesso, através do mesmo sistema, a serviços formais, tais como bases de dados.

Frequentemente, tem sido observado a silenciosa e quase relutante captação do correio eletrônico por parte das empresas, o que pode ser válido sugerir que o entusiasmo relativo e o sucesso com correio eletrônico que muitas Organizações Não Governamentais (ONGs) tem desfrutado na última década - particularmente na América Latina - tem sido relacionada com a preocupação de assegurar o compartilhamento da informação. Se as empresas têm sido incapazes de tirar vantagem do correio eletrônico, devido as suas preferências pela hierarquia e relutância em compartilhar informação, não implica que outros tipos de organização não possam desenvolver novas e mais apropriadas formas de promover o fluxo de informação sem ter que depender de modelos inadequados do setor privado. Resta-nos observar se os agentes de informação tradicional em prática social podem explorar o enorme potencial desta tecnologia.

4 CAPACITAÇÃO EM INFORMAÇÃO

A relação entre T.I., a comunidade e o setor voluntário é o tema de grupo de trabalho no R.U. conhecido como ITAC, criado em 1990 pela Fundação do Desenvolvimento da Inf. & Soc.: Est, João Pessoa, v.1, n.1, p.38-44 jan./dez. 1991

Comunidade. Este grupo tem identificado uma série de problemas relevantes que afetam a adoção e uso da T.I. por grupos comunitários e agências voluntárias.

Entre os referidos problemas podemos distinguir "conhecimento da existência da informação". Obviamente que estas organizações, atores principais da mudança social intencional, não vão ser capazes de tirar proveito da tecnologia se lhes falta uma avaliação das características e da relevância da informação, como também habilidade para manipulá-la. Muitas pessoas têm dificuldade em reconhecer que necessitam de informação - quando nos referimos a conhecimento da existência da informação, queremos dizer superação dessa dificuldade". Conhecimento da necessidade da informação é a capacidade de reconhecer que esses problemas podem ser solucionados e o desenvolvimento (pessoal, comunitário, econômico e social) pode ser alcançado através do acesso e uso da informação. Numa sociedade informatizada, onde a T.I. aumenta constantemente o uso da informação em suas atividades, a falta de capacidade pode ser bastante limitativa.

Nós estamos desenvolvendo atualmente no FDC a idéia de "capacitação em informação" para ajudar a orientar este problema. "Capacitação em informação" reporta-se à capacidade de uma comunidade obter e usar a informação para desenvolvimento social e econômico. O conceito é semelhante à idéia de "inteligência social", apesar deste último ser mais comumente empregado para se referir a regiões, nações ou grupos de Estados. Se uma comunidade tem tal capacitação, é de se esperar um conjunto de grupos e agências conscientes de fontes de informação relevante aos seus interesses com contatos estabelecidos com outras organizações detentoras de recursos, indivíduos e procedimentos que aumentem o uso de informação.

Assim, capacitação em informação pode ser entendida como:

- a) CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DA INFORMAÇÃO
- b) ACESSO AOS RECURSOS
- c) EXPLORAÇÃO DE RECURSOS

A capacitação em informação é uma característica essencial das organizações envolvidas com mudança social intencional. Deve ser observado que parte do seu mérito baseia-se em oferecer uma compreensão real de "pobreza de informação". Pobreza de informação implica em baixo nível de conhecimento da existência de informação, acesso inadequado e reduzida capacidade para explorar todo o potencial de informação. Falar em termos de capacitação é evitar rótulos e reconhecer que há uma capacidade que pode ser acumulada. As habilidades de manuseio da informação estão estritamente relacionadas com o conhecimento e confiabilidade da informação e, portanto, com a solução de problemas gerais e desenvolvimento potencial de um grupo ou comunidade. Seria extremamente interessante ver este conceito desenvolvido em outros países, tanto na comunidade rural quanto na urbana e seriam bem-vindas todas as colaborações nesta área. O agente de informação tem um papel fundamental em promover a capacitação em informação e o conhecimento, educação, treinamento e apoio: deveríamos, todos nós, começar a descruzar nossos braços agora de acordo com as palavras de Trevor Hayward.

4.1 DE QUEM É A INFORMAÇÃO QUE VALORIZAMOS?

A pressão para tratar a informação como mercadoria é uma das mais inquietantes tendências para o agente de informação lidar na década de 90. Em outra parte deste trabalho eu comecei a explorar alguns dos problemas envolvidos com política da informação (9): aqui minha preocupação é enfatizar a necessidade de resistência para articular políticas (nas declarações do R.U. e C.E). (10) e encobrir a mercantilização. A cultura que está sendo criada implica que qualquer informação de valor tem um preço e que somente instituições que obtêm lucro na produção da informação são capazes de produzir informação de valor.

Parece-me que esta tendência é resultado de 3 fortes influências: tecnologia de informação, institucionalização e a ideologia das forças de mercado. A tecnologia de informação possibilita a armazenagem rápida e segura, além da transferência de grande quantidade de dados; a institucionalização impede ou anestesia a inclinação das próprias pessoas para identificar o que é melhor para elas; e os princípios de mercado favorecem uma cultura na qual dominam os interesses comerciais de forma sufocante, e os interesses pessoais sobrepujam as preocupações dos grupos desarticulados. Os agentes de informação que concordam com as referidas influências, provendo serviços de informação que reforçam, o *status quo* em vez de o resgatar, tornar disponível a literatura não convencional e promover acesso a sistemas de comunicação horizontal, estão trabalhando contra os interesses das pessoas comuns. Segundo Ivan Illich a institucionalização do conhecimento torna as pessoas passivas em relação à construção do seu saber.

Esta desordem cognitiva apoiá-se na ilusão de que o conhecimento do cidadão como indivíduo tem menos valor do que o "conhecimento científico". O primeiro é a opinião dos indivíduos, é meramente subjetivo e excluído das políticas. O segundo é "objetivo", definido pela ciência e divulgado por porta-vozes habilitados. O conhecimento objetivo é visto como uma mercadoria que pode ser refinada, constantemente melhorada, acumulada e alimentada por um processo chamado tomada de decisão. Esta nova mitologia do poder, que apóia a manipulação do conhecimento-comum inevitavelmente corrói a confiança que as pessoas depositam no governo.

Illich identifica "tomada de decisão" como uma duvidosa manifestação desta cultura. O entusiasmo de alguns profissionais de informação por uma mera relação entre informação e tomada de decisão ou "solução de problemas", está inquietando, como se as pessoas não tivessem outras razões para suas buscas ou necessidades. O fato da informação ser um recurso para o desenvolvimento parece ter sido esquecido.

Obviamente que não estou defendendo o abandono dos serviços formais de informação centralizada. Os agentes sociais necessitam de tais serviços. No entanto, eles precisaram saber que aqueles serviços estão a par dos problemas de mudança social, por exemplo, através da cobertura da literatura GREY e acesso a "*bulletin boards*", onde são registradas muitas campanhas de ação social. O que estou defendendo é vigilância contra a cultura de informação que restringe e que exclui as vozes dos que se empenham por mudança social. Nós necessitamos de um modelo que "assuma serem as pessoas capazes de criar ações, mais do que meramente servir de alvos reativos à persuasão" (12). Através da crescente disponibilidade de fotocópias, editoração eletrônica (*DESKTOP PUBLISHING*) e facilidades do correio eletrônico, podemos observar que aqueles indivíduos comprometidos com mudança social intencional podem agora difundir facilmente sua própria informação - o papel dos agentes de informação é ajudar a tomar a disseminação mais efetiva e começar a retificar o desequilíbrio na disponibilidade da informação. Sobretudo, o que não necessitamos é de uma política de informação formulada por pessoas distanciadas das arenas onde a informação é trocada e usada.

5 COOPERAÇÃO

A velocidade de mudança social na Europa, nos últimos 10 anos, tem dado origem a inúmeras e variadas iniciativas por parte daquelas pessoas preocupadas em enfrentar a desigualdade. Vêm sendo realizadas inúmeras discussões sobre "cooperação" e o FDC tem tido oportunidade de trabalhar com organizações privadas, estatutárias e setores acadêmicos, bem como com outras agências do setor voluntário. Gostaria de fazer aqui alguns comentários sobre o conceito de cooperação do ponto de vista da informação.

A distinção tradicional entre os referidos setores é desfeita muito rapidamente, em alguns casos. Encontramos instituições acadêmicas, comportando-se como empresas, empresas privadas engajadas com as autoridades locais no desenvolvimento de políticas; encontramos governos locais contratando serviços e agências de voluntários tentando obter contratos. Todas estas barreiras estão desgastadas e não constituem mais obstáculo para o

fluxo de informação. Na medida em que pessoas do meio universitário negociam com o governo e as empresas discutem com os grupos comunitários a informação os acompanha e está em andamento o efeito polinizador no trabalho. Neste clima as necessidades de informação mudam e podem ser convocadas novas fontes de informação, que levem em conta as definições menos precisas entre organizações bases de dados que cobrem tanto a literatura GREY quanto a formal de vários campos, "bulletin boards" que monitora política e mudanças de legislação.

De acordo com Chanan e Vos "são necessárias novas formas de cooperação para atingir uma política social coesa na Europa" (13). Parece-me que os modelos de cooperação desenvolvem-se com o reconhecimento tardio da complexidade de vários problemas sociais - novas formas de cooperação terão que refletir esta complexidade e a qualidade dos serviços de informação é crucial para os parceiros. A cooperação é um outro exemplo de desinstitucionalização e uma insatisfação com os limites das condições ou tradições existentes. Neste sentido, a meu ver, ela se relaciona com a comunicação horizontal e a oferta de literatura não convencional. Também está muito relacionada à idéia de mudança social intencional, porque o ato principal da cooperação na busca de um programa tipicamente particular envolve a quebra de moldes e renovação de atitudes.

A cooperação e os outros problemas que discuti anteriormente clamam por novas idéias sobre que tipo de agente de informação necessitamos. Na década de 90 o contexto social é mais turbulento, a contribuição da informação para mudança social é mais crítica, as demandas aos agentes de informação exigem maior grau de precisão que anteriormente. Como Trevor Hayward sugere: Talvez já seja tempo de emergir novos líderes na profissão - menos suaves, menos antissépticos, menos acomodados e mais à vontade com um toque de força desordenada e violenta que a vigorosa proteção do amplo acesso à informação está a requerer. (14).

Dentro do mesmo espírito deixem-me sugerir que nós desejamos agentes de informação que sejam:

- insatisfeitos com as existentes estruturas do fluxo de informação;
- comprometidos com os princípios de desenvolvimento comunitário de participação, compartilhamento, cooperação e realização de potencial;
- sensíveis à relação entre a adoção de tecnologia de informação e alcance dos objetivos da organização;
- adeptos da interação de indivíduos-organizações nos outros setores e culturas:

Aqueles agentes que estão envolvidos com mudança social na década de 90 serão os que promoverão a cooperação e a capacitação do indivíduo e das organizações, quanto ao acesso e uso da informação.

INFORMATION AND SOCIAL CHANGE IN THE 1990s: a european perspective

Abstract

This paper begins with an explorations of the meaning of social change and the role of community development. I shall then discuss a key aspect of the context of information, work - the information technology (IT) context. In the last section of the paper i want to look at three significant issues to do with information and social change. firstly, the notion of "information capability" as an essential but hitherto overlooked ingredient in the relationship between IT and people; secondly, the question of how we value information; and thirdly, the concept of partnership and the kinds of information workers who will be needed in the context that it implies.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Inf. & Soc.: Est, João Pessoa, v.1, n.1, p.38-44 jan./dez. 1991

1. HAYWARD, Trevor. **The withering of public access.** London: Library Association, 1989, p.40.
2. CHANAN, Gabriel and Koos Vos. **Social change and local action: coping with disadvantage in urban areas.** Dublin: European Foundation for the Improvement of Living and Working Condition. 1989, p. 18.
3. MARTIN, William. **Community librarianship: changing the face of public libraries.** London: Library Association, 1959, p. 61.
4. Ibid. p.9.
5. LYON, David. **The information society: issues and illusions.** Cambridge: Polity-Press, 1985, p. 91.
6. NOWOTNY, Helga. **The information society: its impact on the home, local community and marginal groups.** Vienna: European Centre for Social Welfare, 1981, p. 29.
7. ARTERTON, F. Christopher. **Teledemocracy reconsidered.** Computers in the human context. Oxford: Blackwell, 1989.
8. HARRIS, Kevin. **Informacion technology in the UK community and voluntary sector: a review and outlook.** Towards the 21st century: proceedings of the 1990 Conference of the Association of Voluntary Action Scholars. London: Centre for Voluntary Organisation, 1990.
9. HARRIS, Kevin. Alternatives to the state and commodity models of information policy. Paper to 45th FID Congress, Ilavana, (forthcoming).
10. Making a bussiness of information: a survey of new opportunities: a report by the information Technology Advisory Panel. London, 1983. Government-held tradeable information: guidelines for government departments in dealing with the private sector. London: Departament of Trade & Industry, 1990. Commission of the Furopeean Communities. Guidelines for improving the synergy between the public and private sectors in the information market. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 1989.
11. ILLICH, Ivan. **Tools for conviviality**, p. 85-86.
12. DONOHEW, Lewis, and Edward R. SPRINGER. Information seeking, versus information diffusion: alternative paradigm. **Community development journal**, v.15, n.3, 1980. p. 213.
13. Op. cit., p 67.
14. Op.cit., p 27.